



# Diário Oficial Eletrônico DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS-TO

ANO IV Nº014/2020

### ATOS DO PODER LAGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/2020 - INEX.

*“Decreta a inexigibilidade de processo licitatório para a Contratação de Assessoria Técnica para revisão da Lei Orgânica e Regimento Interno.”*

A Presidente da Câmara do Municipal de São Sebastião Do Tocantins - Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e,

**CONSIDERANDO** o contido no processo administrativo 014/2020 - INEX;

**CONSIDERANDO** que o que dispõe os artigos 13 e 25 da Lei 8666/93, que possibilita a decretação de inexigibilidade para a contratação de serviços de notória especialização.

**CONSIDERANDO** a possibilidade de inexigibilidade de licitação prevista no inciso V do art. 13, e do inciso II e parágrafo 1º do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CONSIDERANDO** a notória especialização da **FABIO ALVES FERNANDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ nº 30.302.538/0001-11** nos serviços ora solicitados.

**CONSIDERANDO** o teor da RECOMENDAÇÃO Nº 36, DE 14 DE JUNHO DE 2016 do CNMP;

**CONSIDERANDO** a urgência na contratação de prestação de serviços técnicos especializados de revisão e elaboração da lei orgânica municipal e do regimento interno da Câmara Municipal;

**CONSIDERANDO** o disposto na RESOLUÇÃO Nº 599/2017 - TCE/TO - Pleno - 13/12/2017;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - A inexigibilidade de procedimento licitatório para a contratação de **FABIO ALVES FERNANDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ nº 30.302.538/0001-11**, com sede na RUA 02 DE JULHO 141/ RODOVIARIO/ COLINAS DO TOCANTINS/TO / 77760-000, para o exercício de 2020.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

São Sebastião Do Tocantins, 10 de agosto de 2020.

**SÂMARA PATRÍCIO URUCÚ**  
Presidente da Câmara Municipal

PUBLICADO Publicado no Diário Oficial Eletrônico de São Sebastião Tocantins ANO IV Nº07 de 03 de FEVEREIRO de 2020.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileiro-ICP